



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 5.455, DE 2016

Dispõe sobre o exercício da profissão de
cerimonialista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regula o exercício da profissão de cerimonialista.

Art. 2º As atividades e atribuições dos profissionais de que trata esta lei consistem em:

I – planejamento, pesquisa, administração, coordenação e execução de projetos de cerimonial;

II – elaboração de orçamentos e definições operacionais e funcionais de projetos de cerimonial;

III – estudos de viabilidade técnica e financeira para implantação de projetos e programas de cerimonial;

IV – fiscalização e controle da atividade de cerimonial;

V – suporte técnico e consultoria em cerimonial;

VI – estudos, análises, avaliações, vistorias, pareceres, perícias e auditorias de projetos e programas de cerimonial;

VII – ensino, pesquisa, experimentação e divulgação de novos instrumentos, normas e procedimentos;

VIII – qualquer outra atividade que, por sua natureza, se insira no âmbito de suas profissões.

Art. 3º Ao profissional de cerimonial responsável por plano, projeto ou programa é assegurado o direito de acompanhar sua execução e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

implantação, para garantia de realização conforme as condições, especificações e detalhes técnicos estabelecidos.

Art. 4º A jornada de trabalho dos profissionais de que trata esta lei não excederá de quarenta horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 18 de abril de 2018.

Deputado **RONALDO NOGUEIRA**
Presidente